

Para salvar a agricultura

Ampliação do crédito com juros mais baixos e estímulos à produção de biodiesel de soja no Centro-Oeste, para aproveitamento de excedentes da oleaginosa, são medidas complementares e cruciais para apoiar a safra 2005/06.

No momento, os agricultores de cereais e oleaginosas enfrentam uma situação dramática com o aumento de custo, a queda do câmbio e a fraqueza dos preços de seus produtos. A rentabilidade está definitivamente comprometida. Uma queda na produção poderá afetar o abastecimento e pressionar a inflação, no exercício de 2007 e 2008.

As entidades do setor não julgam o momento para analisar e discutir a política para a adoção de novos índices de produtividade na discriminação das terras passíveis de desapropriação. Nos últimos cinco anos, a produção de grãos e oleaginosas cresceu em um terço e a área plantada expandiu em 11,1 milhões de hectares.

O saldo comercial do setor dobrou. São números bem-sucedidos.

Nas recentes décadas, a agropecuária nacional teve mudanças significativas. A crise que ora lhe aflige não é decorrência de ineficiência produtiva nem de sub-utilização de área. No último triênio, as estiagens acarretaram perdas da ordem de 35 milhões de toneladas, quando medidas pela diferença entre produção esperada e não colhida. Enquanto os custos de produção inchavam com a subida dos preços do petróleo e aço, a taxa de câmbio do real frente ao dólar se valorizava.

Se na safra 2004/05, durante a fase de plantio das lavouras, o dólar valia R\$3,10, durante a colheita ficou em R\$2,50. Nesta safra, 2005/06, nefastamente prevaleceu essa assimetria. O dólar, na fase de plantio, de R\$2,40 caiu para perto de R\$2,10. Com isso, a conta não fecha em muitas regiões produtoras de soja, o carro-chefe da arrancada crescente da agricultura. ■

Safra 2006/07

1. Permitir que bancos privados operem com a caderneta de poupança rural, hoje, mantida só pelos Bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia e pelos cooperativos Bancoob e Bansicredi.
2. Autorizar os bancos privados e cooperativos a repassar dinheiro do FAT, hoje só repassado pelo BB, BNB, Basa, BNDES e CEF (a mudança depende de lei).
3. Autorizar o Tesouro a igualar juros cobrados pelos bancos privados, e não só pelos bancos federais e cooperativos.
4. Isentar do PIS-Pasep e da Cofins os insumos para a agropecuária e estender o benefício a carnes, trigo e derivados, soja e derivados, e algodão e derivados, entre outros. Hoje, são isentos só alguns insumos e arroz, feijão, farinhas de milho e de mandioca, frutas, verduras e ovos. A alternativa seria ampliar o crédito fiscal presumido na compra de produtos agropecuários. Hoje, o crédito fiscal presumido é de 60% para produtos animais e de 35% para vegetais.
6. Criar um Fundo de Catástrofe, realimentável pelas operações de seguro. O atual Fundo de Seguro Rural se esgota em cada exercício.
7. Estender aos produtores de soja do Centro-Oeste os benefícios fiscais do programa do biodiesel.

Mesa de negociação

Diante desse cenário negativo, são colocadas na mesa as seguintes propostas:

1. Aportar mais R\$1,5 bilhão para Operações Oficiais de Crédito (OOC) destinadas à formação de estoques oficiais e ao financiamento de outras operações de venda – os Prêmios de Escoamento da Produção e de Risco de Opção Privada. O dinheiro seria aplicado em março, abril e maio, em parcelas de R\$500 milhões, para socorrer, sobretudo, produtores de milho e soja.
2. Créditos de R\$5 bilhões para a formação de estoques privados (operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF). Em 2005, foram aplicados R\$3,5 bilhões no primeiro semestre.
3. O governo autorizou, com base em cada caso, prorrogação das parcelas do crédito de custeio da safra 2005/06 e as parcelas já prorrogadas em 2005, para vencimento em março e abril.
4. Prorrogação de parcelas vencidas em 2005 e 2006 dos programas Pesa, Securitização, Pronaf, Proger Rural, Procefa, Prodec e Fundos Constitucionais. O vencimento seria transferido para 12 meses, e depois da última parcela, o benefício só seria concedido a quem estivesse em dia com os pagamentos até dezembro de 2004.
5. Destinação de R\$1,8 bilhão no primeiro semestre para a comercialização pecuária (R\$ 0,5 bilhão acima de 2005).
6. Reavaliação de ativos apresentados há anos como garantia pelos produtores, para liberação dos valores excedentes. Isso possibilitaria novos financiamentos.
7. Aprovação do programa de integração lavoura-pecuária para estimular a rotação de lavouras e pastos, e facilitar a recuperação de áreas degradadas.
8. Manutenção dos R\$ 45 bilhões previstos no Orçamento para o seguro rural, sem contingenciamento.
9. Ampliação das modalidades do seguro rural e simplificação de procedimentos.
10. Aumentar o volume de recursos com juros equalizados pelo Tesouro e redução da taxa média, com a equalização de juros de R\$ 8 bilhões da caderneta de poupança rural e de R\$3,5 bilhões para programas de investimento da integração lavoura-pecuária.